

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES FORMADORAS DE PROFESSORES NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: O CASO DE DOURADOS, MATO GROSSO (UNO) -1940-1970

HISTORY OF TEACHERS' S FORMING INSTITUTIONS OF BRAZIL-PARAGUAY BOUNDARY: THE CASE OF DOURADOS, MATO GROSSO (UNO) -1940-1970

Maria do Carmo Brazil¹
Ana Paula Gomes Mancini²

Resumo

Este artigo se inscreve na teia de esforços acadêmicos que vem desenvolvendo pesquisas sobre instituições escolares no Brasil desde os anos de 1990. A intenção é garantir visibilidade à história da educação e às instituições escolares formadoras de professores, com destaque para o município de Dourados entre os anos de 1940 e 1970. A análise regional foi realizada à luz do contexto econômico, político, social e cultural brasileiro, consoante com as reflexões de Peter Burke (1992) que interpreta as ações humanas cotidianas na perspectiva da história total, privilegiando abordagens regionais. Foi utilizado também o viés interpretativo oferecido pela historiografia recente (francesa e inglesa) no que tange a leituras, escritas e interpretações históricas. A ideia foi procurar identificar a forma como em diferentes localidades ou em temporalidades distintas um fenômeno social é construído. Documentos oficiais, editoriais da imprensa, registros escolares, depoimentos orais representam algumas das fontes utilizadas. A carência de trabalhos sobre os aspectos educacionais na região determinou a necessidade de se realizar um estudo específico sobre as dimensões históricas da Escola Normal “Instituto Educacional de Dourados” hoje, Escola Franciscana Imaculada Conceição, a qual encontra-se assentada em Dourados desde 1955. Emergiram daí análises sobre as formas de representação municipal e sua localização em área de fronteira (Brasil-Paraguai), cujo cenário envolve história política de expansão, construção social e identitária e memória.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Paraguai. Formação de professores. República.

Abstract

This article is inserted into the network of academic efforts that has been developing research about educational institutions in Brazil since the 1990s. The intention is to ensure visibility to the history of school education and teacher training institutions, distinguishing the city of Dourados between the years 1940 and 1970. The regional analysis was performed in the light of brazilian economic, political, social and cultural context, consonant with the reflections of Peter Burke (1992) that interprets human actions in the perspective of history, focusing on regional approaches. We also used the interpretative bias offered by recent historiography (English and French) with respect to reading, writing and historical interpretations. The idea was to identify how in different locations or different temporalities the social phenomenon is constructed. Official documents, press editorials, school records, oral testimonies represent some of the sources used. The lack of studies on the educational aspects in the region determined the need to conduct a specific study on the historical dimensions of high school “Escola Normal Instituto Educacional de Dourados”, today named Escola Franciscana Imaculada Conceição established in Dourados since 1955. This resulted in the analyzes of the local forms of representation and its location in the boundary area (Brazil-Paraguay), whose scenario involves political history of expansion, and social and identity construction and memory.

Keywords: Brazil-Paraguay border. Teacher training. Republic.

¹ Docente Titular em História do Brasil Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Doutora em História Social pela FFLCH/USP.

² Professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados. Mestre e Doutora em Educação. Responsável por disciplina que desenvolvem temas ligados à Formação de Professores, História da Educação no Brasil e Pesquisa e Currículo Educacional. Coordena o “Projeto Os Grupos Escolares e a Escolarização da Infância do Sul de Mato Grosso 1940-1970”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve na corrente de esforços acadêmicos que vem desenvolvendo pesquisas sobre instituições escolares desde os anos 1990. Nos últimos 20 anos, estabelecimentos de pesquisa, associações e grupos de pesquisadores engajados em atividades compartilhadas na área educacional tem despendido forças no sentido de fazer avançar as investigações sobre as instituições escolares e, assim ajudar a construir a história da escolarização no Brasil. No âmbito nacional sobressaem-se hoje os grupos de pesquisa ligados à Universidade Federal de São Carlos/UFSCar; à Universidade Federal de Uberlândia/UFU, à Universidade de São Paulo, à Universidade de Campinas, à Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, à Universidade Estadual de Maringá, entre outras com linhas consolidadas, nas pesquisas desenvolvidas por meio de seus Programas de Pós-Graduação. Estas e tantas outras iniciativas têm ajudado no avanço do processo de investigação e colocaram as questões envolvendo a História da Educação como objeto de investigação e de levantamentos historiográficos.

Até pouco tempo (final da década de 1970), as abordagens e os métodos utilizados nos distintos campos do conhecimento seguiam a tendência tradicional de escrita, cuja prioridade era os temas nacionais, em detrimento das contradições travadas em níveis regionais. Daí a intenção de garantir visibilidade à história da educação e das instituições escolares formadoras de professores, no município de Dourados e região, no período que envolve os anos de 1940 e 1970. A necessidade de buscar sentido nos movimentos humanos criadores de uma instituição de formação de docentes determinou o desenvolvimento da presente investigação. Entretanto, nem todas estas ações evidenciaram-se nos documentos oficiais, ou nos editoriais da imprensa ou nos registros escolares.

Investigar as dimensões históricas da Escola Normal “Instituto Educacional de Dourados” hoje, Escola Franciscana Imaculada Conceição, assentada no município de Dourados no ano de 1955 liga-se, portanto ao interesse em fazer avançar o conhecimento histórico acadêmico sobre as instituições educacionais regionais e locais.

Dada à pequena produção historiográfica sobre história e memória da educação na região importa realizar um estudo específico que envolve as dimensões históricas das instituições de formação de docentes, com destaque para a Escola Normal Instituto Educacional de Dourados, sobretudo nas formas de representação municipal e sua localização em área de fronteira (Brasil-Paraguai). A escola “Imaculada”, como é carinhosamente conhecida, passou a existir em Dourados há cerca de cinco décadas, constituindo-se na primeira escola normal para atender a sociedade douradense a partir da Ação Social Franciscana e sua Escola Paroquial Patronato de Menores. A referida instituição instalou-se em Dourados em 9 de fevereiro de 1955 num cenário que envolve história política de expansão, memória e construção sócio identitária.

A pesquisa histórica sobre a referida instituição atende não só ao deleite pessoal, mas, em especial, porque o desenvolvimento do tema tem inegável alcance social. A revisão de literatura envolvendo a história da educação na região da Grande Dourados, revelou a relevância sociocultural da temática e viabilidade de investigação, explicada pela abundância de material empírico. Entretanto, esse mesmo levantamento do material produzido em torno da temática evidenciou que existem enormes lacunas e silenciamentos acerca da história das instituições, sobretudo concernente aos estabelecimentos que se dedicaram à formação de docentes. Este aspecto justifica o investimento acadêmico, institucional e a contribuição sociocultural que a presente pesquisa se propôs a realizar.

A investigação considerou duas categorias de análise: as razões para criação e instalação da escola confessional católica Imaculada Conceição, aspectos estes relativos o perfil discente e docente e a dinâmica do cotidiano escolar. A heurística contou com documentos oriundos especialmente, dos seguintes acervos: Biblioteca Central Escola Franciscana Imaculada Conceição; Arquivo Documental da Escola Franciscana Imaculada Conceição; Diocese de Dourados, MS, e Centro de Documentação Regional FCH/UFGD (Caixas da Delegacia Regional de Educação - 1951/1972).

Os dados obtidos foram interpretados a partir das categorias de análise explicitadas, com a consideração, em especial, das relações reflexivas entre o particular – a escola, a cidade de Dourados – e o geral, o contexto histórico-escolar e social

do país, entre as décadas de 1940-1970. Utilizamos como suporte documental os Livros de Atas da Diretoria do Educandário Santo Antônio, Livro de Crônicas da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados, Relatórios, Estatutos da Ação Franciscana de Dourados, entre outros.

Grande parte da memória social utilizada como recurso para se produzir a escrita da história da instituição em análise, não se restringiu apenas aos documentos guardados em acervos oficiais. Ou seja, recorreu-se também às lembranças de antigos professores e ex-alunos, aos arquivos privados e preservados por pessoas que, conscientes ou não, viram, como diria Marilena Camargo (2000), nas “coisas velhas” reunidas em caixinhas ou gavetas ou no “amontoado de fatos” o sentido ou a intencionalidade histórica ali armazenada.

Pelas reflexões de Lucien Febvre “[...] a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Contudo, depende do que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais.” (FEBVRE, apud LE GOFF, 1984, p.98).

Se Febvre inferiu que todas as ações humanas servem para a construção do discurso histórico, Marc Bloch, conforme as considerações de Jacques Le Goff (2001, p.26), ofertou ao pesquisador preciosa orientação quanto à conduta ou ao procedimento pautado na *observação histórica*, cujo olhar deve alcançar a imensa massa dos testemunhos não escritos. Para Bloch, o historiador precisa incorporar ao relato, à ordem dos fatos e ao acontecimento, enfim, ao processo de construção histórica as inúmeras pistas ou vestígios, muitas vezes ocultos, as quais são capazes de apreender o homem na sociedade e no tempo. Da mesma forma, Bethencourt e Ramada (1987, p.7) asseveram que a memória da nação está enxertada em lugares impensáveis sejam de uma escola, uma cidade ou uma paisagem.

Cada material examinado pelo pesquisador pode trazer elementos significativos do passado ou pode evocar narrações escritas ou orais sobre as relações dos homens e de seus movimentos. A certeza de que o historiador das instituições depende de percepção rigorosa do universo diminuto do contexto é dada por Carlo Guinzburg (1991). Segundo as análises de Laerthe de Moraes Abreu Junior (2005, p.147), Guinzburg salienta que “[...] cada material tem uma história singular

que só se dissolve num grande e pesado conjunto de materiais informes, quando olhado à distância”.

No que se refere à história das instituições escolares, mais particularmente a respeito do preparo de professores para a missão de ensinar, verifica-se que a temática se compara a um complicado tabuleiro de “quebra-cabeça”, pois apesar da significativa produção historiográfica já existente a respeito, no âmbito nacional e regional, ainda há lacunas concernentes às áreas internas do país, sobretudo sobre as particularidades sociais e culturais de seus distintos rincões. As peças desse “quebra-cabeça” encontram-se dispersas nos arquivos (oficiais ou privados) à espera de investigações. A composição da trama ou construção da narrativa histórica a partir dos indícios, pistas ou vestígios, muitas vezes ocultos, conforme observou Bloch, também foi cotejada por Guinzburg (1991, p170) como um verdadeiro tapete, por seu caráter trabalhoso durante a tessitura do enredo.

Nesse sentido, um tributo que este trabalho pode oferecer aos estudos das instituições formadoras de professores é recuperar algumas “peças” constitutivas do complicado “quebra-cabeça”, ou tentar “enxergar” ou “tecer” as minudências ou a urdidura que compõem o “tapete” histórico de que fala Guinzburg.

A análise historiográfica foi centrada nas abordagens inovadoras e mais recentes acerca da história da educação e das instituições escolares, com destaque para as análises de Nosella e Buffa (2007); Monarcha (2007. 1999); Mancini (2005); Tanuri (2000); Sousa e Catani (1998); Nóvoa (2002); Souza, e Valdemarin (2005), entre outros. No que se refere à produção historiográfica da educação mato-grossense acerca das Instituições Escolares ressaltamos as importantes contribuições de Siqueira (2000); Silva (2006). Centeno (2007); Jacomeli (1998); Francisco (2010); Lopes (2006); Sá e Siqueira (2006), Reis, (2006), e outros. Sobre a “Escola Imaculada” destacamos o artigo de Sarat e Mancini (2006); Maria Bethania Pastor de Lima (2010); Durvalina Damazio Bomfim (1990) e Santini e Brazil (2009).

ESCOLAS NORMAIS NO JOGO POLÍTICO DAS ELITES

A Reforma Leônicio de Carvalho de 1879 exprimiu institucionalmente as mudanças na educação, como fruto dos anseios sociais e

políticos diante de uma nova ordem econômica que alcançou o Brasil a partir da segunda metade do século 19. As ideias propostas na referida reforma, estimulava a criação de Escolas Normais em todas as Províncias, iniciada com a criação da Escola Normal de Niterói-RJ, seguida da criação de uma dezena de outras, até o final do século 19. Ancorada no referencial de análise defendida por Ilmar Rohloff de Mattos (1990), a pesquisadora Marlete dos Anjos Silva Schaffrath (2008, p. 150) faz a seguinte consideração:

[...] o segmento político, representante da elite dominante Rio de Janeiro tinha um projeto de direção social bastante ambicioso, que extrapolava os limites da Província, estendendo-se a todo o Império. Para garantir sua liderança frente a outras facções, os Saquaremas [Partido Liberal], como eram chamados, caracterizaram-se por ações coerentes e organizadas que lhes asseguraram supremacia política até meados da década de 60 do século passado [19]. (SCHAFFRATH, 2008, p. 150).

Observe-se que havia um embate político pela hegemonia de poder, no qual o grupo conservador (conhecido como “luzias”) estabelecia a ordem nessa correlação de forças: “A supremacia do grupo conservador se fazia sentir, por um lado, pela presença do elemento coercitivo, a fim de garantir a ordem social, e por outro, na criação de instituições que difundissem sua visão de mundo. (SCHAFFRATH, 2008, p. 150).

Consoante com o referencial de Mattos (1990), Schaffrath (2008) infere que foi no movimento para se alcançar o consenso acerca das ideologias norteadoras do pensamento conservador, que a instrução pública foi valorizada, pois “[...] afinal, era preciso fazer com que os populares identificassem os objetivos da classe dirigente com os seus”.

Para Schaffrath (2008, p. 150), foi nesse cenário, com estratégia para garantir espaço hegemônico no jogo político imperial, que a Escola Normal de Niterói transformou-se num dos “pólos privilegiados onde o projeto do grupo conservador ganhava concretude”. A implantação da Escola Normal no Império trazia em sua configuração a mera polidez superficial do modelo educacional europeu, mas evidenciava

fortemente o movimento de articulação política dirigida pelo segmento conservador fluminense.

Entretanto, à época, sobretudo nas últimas décadas do século 19, ainda era enorme a dificuldade de acesso à escola. Segundo as análises de Silva (2011, p.98), “[...] a escassez de instituições educacionais públicas e de professores habilitados para atuar na instrução primária sinalizavam a pouca chance de formar cidadãos”. Diante desse cenário, as Escolas Normais traduziam-se como resposta ao clamor da sociedade por expansão do ensino primário e por cursos de formação dos professores primários.

Surgiu daí uma espécie de interdependência entre o ensino primário e a formação de professores que nesse período eram exclusivamente do sexo masculino, uma vez que o papel da mulher se resumia às lidas do lar. Muito embora fosse pensada a coeducação, instituída pela Reforma Leôncio de Carvalho, que inicialmente destinava-se a meninos e meninas até 10 anos em classes regidas necessariamente por professoras. No caso das Escolas Normais, o fato de funcionarem junto aos Liceus, acabou por restringir o acesso das mulheres às Escolas Normais.

No que se refere à formação de profissionais capacitados, intensificou-se a ideia de que o perfil do novo professor seria pautado em moldes científicos. Portanto, eram constantes os discursos oficiais quanto à necessidade de garantir a efetivação do conjunto de saberes de natureza científica. A organização da instrução pública e da formação de professores era vistas pela sociedade como questão vital para a sociedade brasileira.

No que se refere às disciplinas do Curso Normal, um primeiro modelo implantado restringia-se à cadeira de Pedagogia e Metodologia. Nesse modelo, as Escolas Normais estavam destinadas a formar dirigentes para o ensino público. Como havia poucas vagas para as referidas funções era uma profissão de baixa remuneração e reduzido prestígio social considerando a restrita a demanda por Escolas Normais. Muitos preferiam os Liceus, essencialmente procurado pelas elites. Na verdade houve uma inclinação das Províncias em transformar os antigos estabelecimentos de ensino secundário e/ou profissional em Escolas Normais. Importa lembrar que estes estabelecimentos eram conhecidos durante Império Brasileiro como “liceu de artes e ofícios”. Com esse procedimento estabelecia-se gradações em seu interior. Nessa

gradação, o grau mais baixo era destinado à formação de professores.

Outro fator que acentuou as dificuldades de funcionamento das Escolas Normais durante o Império foi a possibilidade de se ingressar na carreira do magistério sem necessidade de portar diploma de normalista. À esteira desse problema ocorria o desprestígio da profissão, aspecto que concorreu para a feminização da profissão.

Para atender a necessidade de expansão do ensino primário e de cursos de formação de professores, os Cursos Normais proliferaram-se no Brasil nas três últimas décadas do século 19, quando foram criadas e colocadas em funcionamento várias escolas para atender as demandas necessárias aos primeiros anos da escolaridade no Brasil..

AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE DOURADOS, MS

O arco temporal que elegemos para esta abordagem envolve o período entre a década de 1940 e 1970. O marco inicial da análise intensiva do tema explica-se porque, no plano nacional, a década de 1940 foi marcada por significativa renovação deflagrada pela ação pública na oferta do ensino primário, o qual ganhou expressiva reconfiguração. Isso porque a promulgação da Constituição de 10 de novembro de 1937 trouxe em seu texto constitucional um modelo de política educacional que espelhava a ordem capitalista. No referido texto estava previsto o preparo do trabalhador baseado no ensino pré-vocacional e profissional, ligados à produção industrial, tornando obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Em suma, urbanização e industrialização foram, portanto, os fenômenos fundamentais para o processo de escolarização da população.

Ao adentrar a década de 1940 o Brasil já experimentava sensível queda no índice de analfabetismo. A Constituição de 1946, apesar de seus limites, trouxe a concretização da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), à custa de embates, encontros, desencontros, avanços e recuos na construção de grande parte da legislação educacional brasileira.

Na década seguinte (1950), o Brasil foi marcado pelo Manifesto dos Educadores, e ficou caracterizado como a consolidação do Manifesto de 1932 que, segundo o pesquisador José Luis

Sanfelice (2007, p. 554), complementou e atualizou seus pressupostos, dentro de uma visão histórica concretizada depois de mais de vinte anos. Os Institutos de Educação, criados a desde 1932, ampliaram as finalidades da Escola Normal que, além da formação de professores primários, envolveram o próprio curso primário e pré-primário, destinado à prática dos alunos-mestres, o secundário e os cursos de extensão e aperfeiçoamento para professores já formados.

No plano regional, o quadro de referência histórica liga-se ao lento processo de ocupação do centro-oeste e norte brasileiro, aspecto gerador da política de construção da “integração nacional” idealizado por Getúlio Vargas, política acentuada a partir da década de 1940. Desde então a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos do município. Ressalte-se que na década de 1930 as escolas existentes em Dourados constituíam-se de turmas mistas, cujas atividades desenvolviam-se nas residências dos próprios professores, sem dispor de verbas públicas para cobrir despesas dos alunos com material didático. No que se refere ao ensino ministrado por instituições confessionais, a partir de 1939, Dourados passou a contar com a Escola Presbiteriana Erasmo Braga, que inicialmente atuava como extensão de uma escola assentada na Missão Caiuá, a qual atendia aos filhos dos missionários.

Os escritos da pesquisadora Bethania Pastor Lima (2010, p. 16) dão conta de que só na década de 1940 foi despertado o interesse das instituições em criar escolas na região. Os programas de povoamento eram amplamente difundidos e traduziam-se nos discursos do Presidente Vargas, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945). Emergiram assim, a partir da década de 1940, as frentes de ocupação, alcançando parte significativa do sul de Mato Grosso (uno), delineando uma feição diversificada na produção regional.

Mesmo com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no ano de 1943, em área até então sob domínio da empresa privada Companhia Mate Laranjeira, com objetivo de promover a ocupação dos chamados “espaços vazios” do interior brasileiro; mesmo com a onda migratória advinda da lógica da política varguista conhecida como “Marcha para Oeste” com objetivo de alcançar o sul-sudeste do centro-oeste brasileiro, as ações da Igreja Católica só foram levadas a efeito em meados do século 20.

Segundo a Ata da Assembleia Geral da Fundação do “Instituto Educacional de Dourados”, n.º 1, em 1º de março de 1955, em reunião realizada nas dependências da escola Paroquial Patronato de Menores, foi decidida a criação do “Instituto Educacional de Dourados”, hoje Colégio Franciscano Imaculada Conceição, o qual foi inaugurado no ano de 1956, sob responsabilidade das Irmãs Franciscanas, oriundas do Rio Grande do Sul. Na época, a Escola contava com cerca de 300 alunos e destinava-se à educação feminina (Lima 2010, p. 16).

No início da década seguinte (1960), a Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco veio também compor o quadro das Instituições escolares confessionais criadas pela Igreja Católica, sob a responsabilidade dos Salesianos, a qual se instalou no Distrito de Indápolis, inicialmente destinada à educação masculina. (LIMA, 2010, p. 16). O quadro 1, organizado por Maria Bethania Pastor de Lima ajuda a compreender a constituição do cenário educacional de Dourados, a partir da década de 1930:

Quadro1. Instituições escolares instaladas em dourados entre as décadas de 1930/1950

Instituições	Ano de Instalação	Nível	Natureza	Origem	Regime de ensino
Erasmus Braga	1939	Ensino Primário	Privada	Confessional Protestante	Escola Mista
Joaquim Murinho	1947	Ensino Primário	Pública	Não Confessional	Escola Mista
Oswaldo Cruz	1954	Ensino Primário /Secundário	Privada	Não Confessional	Escola Mista
Patronato de Menores	1956	Ensino Primário	Privada	Confessional Católica	Escola Mista
Escola Imaculada Conceição	1956	Ensino Primário /Secundário	Privada	Confessional Católica	Educação. Feminina (Em regime de internato e externato)
Escola Agrícola Dom Bosco	1956	Preparação Prática para o trato agrícola	Privada	Confessional Católica	Ed.Masculina (Em regime de Internato)
Escola Estadual Presidente Vargas	1958	Ensino Secundário	Pública	Não Confessional	Escola Mista

Fonte: LIMA, (2010)

No Brasil, entre os anos de 1946 e 1960 os debates sobre os rumos do sistema educacional se intensificaram, redundando na Lei n.º 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Permanecia no corpo da Lei as reivindicações da Igreja Católica e dos proprietários de escolas privadas a despeito dos interesses daqueles que defendiam o a educação como dever do estado brasileiro. À luz dos princípios presentes na Constituição de 1946, foi publicada a LDBN em 20 de dezembro de 1961 pelo então presidente João Goulart.

A Lei teve uma nova versão em 1971, durante o regime militar e vigorou até 1996, quando foi promulgada a Lei nº 9394/96, a Lei de

Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN). Este último aspecto explica o limite do arco temporal de abordagem (1970), quando a educação, diante dos ditames da ditadura militar (1964-1985), caracterizou-se pela burocratização do ensino público. As considerações históricas esboçadas no plano nacional e regional justifica nossa opção pela década de 1970 como teto cronológico máximo de abordagem, pois o período, como já referido, foi marcado por reorientações dos poderes constituídos, cujos programas contidos nas leis 5.540/68 e 5.692/71, inseriram teorias e métodos pedagógicos destinados a limitar a autonomia do sistema educacional brasileiro, o qual foi modificado em sua estrutura interna e externa.

A AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA EM DOURADOS

A meta expansionista da Igreja Católica começou a se estampar a partir de janeiro de 1937, quando a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil em consonância com a Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha estabelecia a concessão da área de Mato Grosso como “terra de missão”. O referido acordo redundou na chegada dos quatro primeiros missionários franciscanos alemães na região, quais sejam, frei Eucário Schmitt, frei Antônio Schwenger, frei Wolfam Pasmann e frei Francisco Brugger em junho de 1937. (AMARAL, 2005, P.49). No mesmo ano, frei Teodoro Leitz, junto ao Comissariado Franciscano tratou de providenciar a vinda de freiras para Dourados no sentido de contribuir com o trabalho de catequese, criação de escolas de ensino primário de ambos os sexos, bem como organizar um internato feminino.

Quanto à jurisdição política, Dourados era um distrito pertencente a Ponta Porã, quando em 1935 foi elevado à categoria de município. Quanto à circunscrição diocesana ressaltou-se que a mesma era sujeita à administração eclesiástica do Bispado de Corumbá, a qual abarcava todo o sul de Mato Grosso, sob a direção de Dom Orlando Chaves. Mas isso não impediu que Dom Vicente Maria Priante criasse no ano de 1940, em Dourados, a Paróquia de Imaculada Conceição, com autorização da Diocese de Corumbá. Isto significa que do ano de 1935 a 1940 a comunidade douradense se viu assistida por missionários franciscanos da paróquia de Rio Brillante.

Evidenciava-se a partir daí a necessidade de expansão Igreja Católica na região sul de Mato Grosso, passando a elaborar projetos de construção de igrejas, escolas e ações sociais. A partir de 1940, Frei Higinio Lateck tomou posse, tornou-se o primeiro vigário da capela de Dourados e criou em 1941, a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”.

A ação social foi materializada mais tarde com o processo de construção Escola Paroquial Patronato de Menores (1952-1956), como parte da Ação Social da ordem franciscana em Dourados, e com a organização do Abrigo de São de São Francisco, fundada em 1961.

A pesquisadora Inez Maria Bitencourt do Amaral (2005, p.49) destaca que o corpo de missionários franciscanos que atuava em Dourados a partir da década de 1940 constituía-se

por religiosos estrangeiros, aspecto linguístico limitador da interação entre a Igreja e a comunidade. Salienta a autora o problema da distância geográfica entre seminário, escola e outros lócus de atuação.

Embora o contexto político brasileiro, sob a égide do Estado Novo, determinasse apenas a contratação de professores que tivesse domínio da língua portuguesa, Dourados recebeu no ano de 1942 a primeira leva de irmãs franciscanas oriundas da América do Norte, as quais ajudaram no funcionamento da escola “Imaculada Conceição”, voltadas para o ensino primário. Saliente-se que a escola funcionava no próprio prédio da igreja. Conforme os estudos de Santini e Brazil (2010), devido às dificuldades decorrentes do contexto da Segunda Guerra (1939-1945), as freiras retiraram-se da cidade em 1944, passando a escola ser dirigida por professoras da própria comunidade católica, até que a mesma fosse fechada em 1946, sobretudo por falta de professores. Conforme as observações de Moreira (1990, p.77), “[...] em 1950 essa mesma instituição [religiosa] criou a Escola Paroquial Patronato de Menores que funcionou até 1953, na antiga Casa das Irmãs.” (MOREIRA, 1990, p. 77).

Mas cabe lembrar que a proposta de expansão da Igreja Católica alcançou Dourados efetivamente no final da década de 1940 e início da de 1950. Para fazer frente à expansão dos missionários presbiterianos que se dava por meio da Escola Presbiteriana Erasmo Braga, em 1952 foi dado início à construção da Escola Patronato de Menores, a qual só foi concluída em 1956, quando frei Teodoro Leitz a expôs pela primeira vez ao público douradense. Essa Escola foi destinada ao ensino primário e de educação mista. A instituição foi assentada ao lado da igreja matriz de Dourados e contava inicialmente com 300 alunos matriculados, na qual atuavam oito professoras, das quais quatro eram freiras.



FIGURA1: Imagens dos alunos da Escola Patronato de Menores, hoje Igreja São José Operário, Década de 1950. **FONTE:** Centro de Documentação Regional – FCH/UFGD

Observa-se que na Figura 1 encontra-se Frei Hygino Latteck entre alunos e alunas do Patronato de Menores, instituição de instrução primária construída com apoio da Ação Franciscana, cujo patrimônio erigia-se por meio de a) doações e legados; b) contribuições oferecidas; c) venda e renda de bens que viesse a adquirir; d) por subvenções oficiais. (Livro de Atas do Abrigo, 1961). A imagem dá visibilidade às condições físicas do Patronato de Menores nos primeiros anos de funcionamento, além de vestígios da cultura material escolar manifestado no vestuário das crianças. Essa indumentária é portadora de indício da história e da memória da instituição que pode informar aspectos da vida material escolar. Observam-se meninos enfileirados nas laterais não trajando uniformes. Quanto às meninas nota-se a que todas, salvo engano, trajavam uniformes compridos e claros, em estilo avental. Pela postura do frei Hygino Latteck e das crianças, tudo indica que cantavam o hino nacional ou apresentavam algum cântico ensaiado pelos religiosos.

Outro projeto de expansão Igreja Católica no sul de Mato Grosso traduziu-se na organização do Abrigo de São Francisco como Ação Social da ordem franciscana em Dourados, a partir de 1961. Segundo o Estatuto do “Abrigo de São Francisco/Ação Social Franciscana em Dourados”, datado de 1961, o projeto era uma extensão da missão franciscana ligada à “[...] Primeira Ordem de São Francisco no Estado de Mato Grosso, entidade jurídica, legitimamente registrada entre as sociedades civis, no Primeiro Cartório de Cuiabá...o Livro 1, Reg. 59, de 8 de janeiro de 1940.”

O Estatuto do “Abrigo de São Francisco/Ação Social Franciscana” sediado em Cuiabá, MT, estabelecia suas bases, com objetivo de “[...] socorrer as pessoas e as famílias necessitadas, prestar abrigo transitório a pobres imigrantes, dar instrução moral e religiosa à juventude, e construir um prédio para estes fins.” (Livro de Atas do Abrigo de São Francisco, 1961).

Seduzida por essa mística do desenvolvimento, cuja construção fez parte de manobras políticas, a sociedade douradense acolheu de forma efetiva, em 1955, a “Ação Social Franciscana” oriunda do estado do Rio Grande do Sul. Em 1955, foi criada a escola particular Patronato de Menores da Ação Social Franciscana. Além de manter o Patronato de Menores, as irmãs franciscanas investiram na edificação da escola que demandou dez anos pra concluir. Seu funcionamento ocorria em dois períodos e havia ainda o regime de internato, semi-internato e externato. (MOREIRA, 1990, p 81).

Em 1958, foram criados os estabelecimentos particulares “Ginásio Nossa Senhora da Conceição” e a “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição”. O Patronato de Menores transformou-se no estabelecimento denominado “Educandário Santo Antônio”. No mesmo ano, começou a funcionar a primeira escola estadual com oferta de quatro turmas de 5ª série ginasial, denominada “Ginásio Estadual Presidente Vargas”. Em 1959, já contava com uma turma de 6ª série.

A ESCOLA NORMAL INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS

O município de Dourados, após 20 anos de sua criação, recebeu com expectativa as “semeadoras do amor e esperança”, oriundas do Rio Grande do Sul para atuarem na ação educativa e evangelizadora. A cidade já contava com a presença do Frei Theodardo Laitz, qualificado pelos moradores como “idealizador de progressos”. Com uma única paróquia – A Imaculada Conceição –, vislumbrava e apoiava a presença das Irmãs Franciscanas, cuja missão maior iniciada em 1º de março de 1955, era (e continua sendo) a educação e a difusão da fé católica.

Por ser uma instituição confessional, a escola tinha como ênfase uma educação voltada para

valores moldados na doutrina cristã, como a caridade, o amor ao próximo, o perdão. Para alcançar seus objetivos a instituição, por meio de instruções metódicas e preparação dos sacramentos de iniciação cristã, entendida como catequese, recorria a música, ao canto, ao teatro, ao desenvolvimento dos dons artísticos em geral, como parte de sua proposta pedagógica e confessional.

No ano de 1956, a partir da iniciativa das Irmãs Franciscanas, ocorreu a inauguração da Escola Imaculada Conceição, destinada à educação feminina e no ano de 1960, a inauguração da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco, sob responsabilidade dos Salesianos, localizada no Distrito de Indápolis e inicialmente destinada à educação masculina. (LIMA, 2010, p. 16)

O aumento da demanda de alunos exigia a contratação de professores, aspecto que ensejou, no ano de 1958, a promoção um curso Catequético Pedagógico, administrado pela Irmã Evodia e oferecido para 180 professores rurais como fruto da Ação Social Franciscana Patronato de Menores.

Segundo a “Crônica” de 1956, a Ação Social Franciscana funcionava em uma simples casa de madeira, próxima à atual Igreja São José que, como tempo tornou-se pequena para atender às expectativas dos moradores de Dourados e região, os quais desejavam a implantação de um internato em regime integral para seus filhos e então atender ao que na década de 1950 era considerado como *status social*.

Dessa forma, não faltaram pessoas da elite para auxiliar a Ação Social Franciscana no projeto de ampliação de suas instalações e a expansão de sua ação educativa. Com esse intuito, dois irmãos do Distrito de Tragas de Itaum doaram para a Ação Social franciscana quarenta metros quadrados para a construção do internato. Assim, em 10 de setembro de 1958, foi inaugurada a nova escola Patronato de Menores Santo Antonio, ao lado da Igreja matriz da cidade de Dourados, conforme evidencia a Crônica de 1956:

Como o Patronato fica muito afastado do Centro, resolvemos abrir uma filial na antiga Casa Paroquial que fica ao lado da Igreja (...). Foi um golpe para a seita protestante (sic), pois muitos alunos que antes frequentavam a escola evangélica, agora passaram para o Patronato.

Iniciamos as aulas com um belo numero de alunos Foi um problema achar algumas professoras. (CRÔNICA, 1956).

Três aspectos chamam atenção do leitor no fragmento da Crônica de 1956: a) o problema da distancia geográfica entre seminário, escola e outros lócus de atuação das missionárias; b) a necessidade de neutralizar a expansão do protestantismo em Dourados; c) a carência de pessoal docente, sobretudo para atender os alunos do Jardim da Infância.

Os escritos realizados por Bomfim, Quiles e Frantz (1990, p.32) revelam que as freiras residiam em localidade distante da sede da Escola Patronato de Menores por isso o meio de transporte era a bicicleta (FIGURA 2).



FIGURA 2 – Freiras e seus meios de transporte em frente ao internato, onde também funcionava a sede da Escola Patronato de Menores (ASFPM) e internato – 1956.

FONTE: Acervo do Colégio Franciscano Imaculada Conceição (EIC).

Em 1959, as irmãs franciscanas iniciaram um Curso Normal no Instituto Educacional que funcionava no mesmo prédio do Patronato de Menores Santo Antônio (PMSA). A fundadora do curso foi a irmã Clara Thomas, diretora da escola de 1961 a 1960. O curso contava com o Normal Regional (primeiro grau) e o Normal Colegial (segundo grau). O primeiro começou a funcionar com 8 alunas e o segundo com 6 alunas. A Escola Normal Instituto Educacional de Dourados passou a oferecer, a partir de 1964, o Curso de Formação de Professores Primários.

QUADRO 2. Disciplinas oferecidas pela Escola Normal -1960-1966

ANO	DISCIPLINAS
1960	Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humana, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Francês, Ciências Naturais, Trabalhos Manuais e Geografia.
1961/1962	Desenho, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia Natural e do Brasil, Matemática, Música e Canto Orfeônico, Português e Trabalho Manual.
1964	Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Biologia Educacional, Desenho e Artes aplicadas, Educação Física e Recreação e Jogos, Física e Química, Matemática e Estatística Aplicada à Educação, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Música e Canto Orfeônico e Português.
1965	Curso de Formação de Professores Primários apresenta no currículo as seguintes disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Biologia Educacional, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física e Recreação e Jogos, Física e Química, Matemática e Estatística Aplicada à Educação, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Música e Canto Orfeônico, Pedagogia, Psicologia Geral e da Educação, Sociologia Geral e da Educação e Português

FONTE: Relatório do Curso Normal 1960-1965. Acervo da EIC.

O movimento das matrículas do Curso Normal, entre 1959 e 1969, pode nos fornecer um panorama sobre o número de alunos nesse período. Havia, em 1959, apenas oito formandas, dez anos depois, foi possível verificar que a escola formou 249 alunas.

Considerada, quanto a sua fundação, uma instituição importante para a cidade de Dourados com diretrizes filosóficas que atendiam aos anseios da população de elite, a Escola Normal desenvolvia uma proposta de trabalho que promulgava aspectos, como: o desenvolvimento de um espírito cristão e de uma atitude cívica perante a vida, o cultivo de um espírito participativo, aspirando à comunhão e ao

relacionamento interpessoal, buscando tornar as pessoas criativas e fraternas.

A Escola, segundo a documentação, centrava o processo educativo na pessoa do educando, considerava o ensino uma cultura na busca do ser e o educador, como vocacionado, deveria buscar o bem integral dos educandos. A educação deveria ser reflexiva, participativa e libertária. E, como toda escola confessional, mantinha um ensino doutrinário caracterizado pelo anúncio explícito do evangelho, o que denuncia certo proselitismo, pois, também, tinha interesse em aumentar seu quadro de religiosos e fiéis.

Nessa direção, a disciplina se atinha à maneira das normalistas de vestirem e se de comunicarem. O uniforme era uma exigência da escola. As normalistas jogavam vôlei, queimada, *ping-pong*, etc. No campo da arte, a música ocupava lugar de destaque, com um conjunto musical chamado “Carlos Gomes”, e, também, aprendiam corte e costura, bordado e teatro.

Nas Escolas Confessionais, era necessário o controle emocional, a apresentação de si, a dedicação e a modéstia. O programa da escola privilegiava uma formação literária e estética. Assim, o espaço de instrução garantia muito mais uma formação moral do que profissional. Dessa forma, traduziam-se as lutas dos grupos familiares para controlar a educação e ajustá-la às estratégias de reprodução social.

Como visto a Escola Confessional Franciscana Patronato de Menores se instalou em Dourados em um momento histórico em que a cidade vivia o início de sua criação e encontrava-se em uma época de povoação e de desenvolvimento econômico e cultural.

AS NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

As normalistas, segundo a concepção da época, tinham como “nobre função” educar e instruir futuras gerações, depositárias dos sonhos de progressos e esperanças de um país que sonhava com o desenvolvimento e o futuro próspero. E, por isso, foram destaque em determinado período e são reverenciadas nas lembranças pelo seu papel de “missionárias do saber”, representantes de um espaço dedicado à sabedoria e aos esforços em prol de uma educação de qualidade. As normalistas de Dourados imbuídas dessa formação idealista, sonhadora e

esperançosa, foram responsáveis pela educação da infância durante duas décadas.

O trabalho didático desenvolvido nas práticas docentes esteve intimamente ligado à sua formação enquanto alunas do Instituto Educacional de Dourados. Devemos considerar que a formação católica era parte integrante de sua trajetória.

O ensino normal na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição junto ao Instituto Educacional de Dourados era visto como a mais conceituada instituição para uma região em que a formação profissional de meninas esteve intimamente ligada à necessidade de prepará-las para exercer uma atividade que desde o século 19 era vislumbrada como uma profissão essencialmente feminina. Às mulheres era atribuído o trabalho docente como vocação, pois se acreditava que a mulher era “naturalmente” a melhor pessoa para dar aulas e educar a infância, associando tais concepções à maternidade que era própria das mulheres, por isso o “dom” para a docência.

Nesta pesquisa, foi possível localizar um caderno de rascunhos de uma das normalistas que estudou no Instituto Educacional Dourados. O caderno trazia lições de Biologia, Economia Doméstica, Puericultura, Educação Física e Ensino Religioso. Na parte de estudos religiosos, as normalistas estudavam os versículos da Bíblia e tais estudos salientavam os textos que chamavam a atenção para a missão sagrada das mulheres, ou seja, ser mãe, ainda para a manutenção de valores como a pureza feminina, a caridade, a moral cristã, o recato, a perfeição moral e a missão de educar seus filhos (Figura 3).

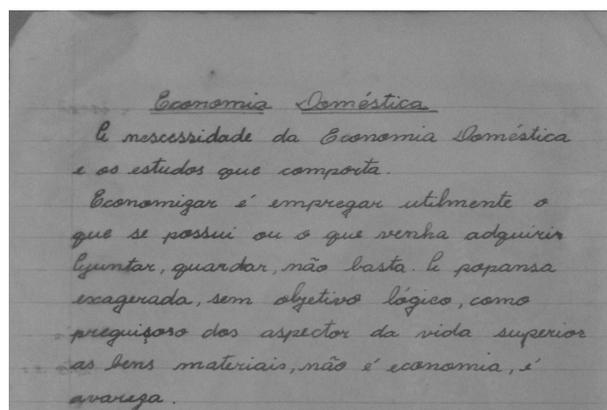


FIGURA 3. Conteúdo e ilustrações inseridas no Caderno de Rascunho de uma aluna interna do Curso Normal Regional (primeiro grau) do Instituto Educacional de Dourados- datado de 30 de maio de 1963. **FONTE:** Acervo Privado (1963)

Ao realizar as entrevistas com as normalistas que estudaram no Instituto Educacional Dourados, hoje, Colégio Franciscano Imaculada Conceição, foi possível observar que há grande saudosismo nas palavras das professoras e, também, há boas recordações de suas práticas docentes.

Por meio de análise de documentos foi possível perceber, que as mesmas atividades apreendidas em sua vida como normalista eram utilizadas em suas práticas em sala de aula. O trabalho didático era baseado nos ensinamentos do curso normal. Dessa forma, podemos inferir que houve uma transposição das atividades formativas para o trabalho didático desenvolvido em sala de aula, pois o curso tinha um caráter prático de formação para o trabalho. Ou seja, além das instruções teóricas com relação ao material, as alunas eram obrigadas a confeccioná-lo, dando ao curso um caráter de oficina no qual a produção do material era essencial. Mesmo porque, depois, em sala de aula, elas teriam muita dificuldade em encontrar nas escolas uma gama de materiais para utilizar nas aulas. Nesse sentido, a normalista era um profissional que ao formar levava consigo seus próprios instrumentos de trabalho visando sua atuação posterior em sala de aula junto aos futuros alunos.

Dessa forma, o trabalho didático era visto como extensão da maternidade e, sobretudo, como uma estratégia de corroborar a vocação das mulheres para a docência, vai propor uma maneira de educar as massas, ainda que tais preceitos não sejam atingidos de forma tão efetiva, mas os saberes disseminados colaboraram para propagar

um modelo de escola aos professores, especialmente, a do sexo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Normal do Instituto Educacional de Dourados era caracterizada por um espaço de ensino que tinha como objetivo, além da formação de professoras, a promoção do espírito cristão, da atitude cívica perante a vida, do desenvolvimento do espírito co-participativo, aspirando à comunhão, ao relacionamento interpessoal, buscando tornar o ser criativo e fraterno. Tais concepções educativas estavam presentes na disciplina, nos comportamentos esperados e impostos às normalistas. Assim toda a organização da escola se constituiu num modelo de civilidade, representado por práticas que definiam a cultura local e escolar.

As concepções eram representadas pela formação de uma “nação civilizada” feita com a participação de um profissional do sexo feminino, a professora, a qual tinha a incumbência de dar continuidade à manutenção dos valores da família para a sociedade. É possível inferir que tal formação dava ênfase a preceitos femininos e de caráter privado, à medida que preparava a mulher para exercer uma profissão quase que no âmbito doméstico. Esse aspecto expressava-se na maneira como a professora se relacionava com seus alunos, ao valorizar os laços de maternidade, afetividade, vocação, devoção. Com esses valores a profissão docente passava a ser vista como “missão” quase religiosa, com o objetivo de formar uma sociedade constituída por indivíduos bem-educados, delicados, pautados nos preceitos de urbanidade e civilidade.

Em síntese, pôde-se observar que esta escola historicamente teve, por um lado, suas singularidades, na medida que foi veículo de expansão do ensino na cidade, e por outro, foi propagadora das diretrizes filosóficas direcionadas para formação de um segmento social oriundo da elite local. Centro referencial da cidade, a Escola Normal abria espaço para formação de professoras e para o trabalho missionário de difusão da concepção franciscana de educação. Segundo Shikawa (2007), esta concepção “[...] inspira uma prática pedagógica integral, que se responsabiliza pela totalidade do ser humano: seu caráter, sua cognição, sua relação com o mundo, com os outros homens e com Deus”.

Percebe-se por meio do material empírico consultado, envolvendo Livros de Atas da Ação Franciscana de Dourados e Crônicas do Instituto Educacional de Dourados e do / Colégio Imaculada Conceição, que as ações educacionais da Igreja Católica só se efetivaram a partir da década de 1950, quando foi criada no município de Dourados, a Escola Paroquial “Patronato de Menores”, mais tarde denominada “Educandário Santo Antônio”.

Fontes

ANAIS DA DIOCESE DE DOURADOS 25 anos – 1957-1982. [s.ed.], 1982. (Diocese de Dourados).

CADERNO DE RASCUNHO DE UMA ALUNA INTERNA DO CURSO NORMAL REGIONAL (primeiro grau) do Instituto Educacional de Dourados- datado de 30 de maio de 1963.

CONTRATOS ENTRE A MISSÃO FRANCISCANA E A SOCIEDADE CIVIL de Educação do Educandário Santo Antônio Documentos reunidos em pastas contendo 27/05/1. 975. (Diocese de Dourados).

DOCUMENTOS AVULSOS EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO-Balço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1983-. (Diocese de Dourados)

DOCUMENTOS VÁRIOS DELEGACIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO. (1951 – 1972). Centro de Documentação Regional FCH/UGD.

LIVRO DE ATAS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO/AÇÃO FRANCISCANA DE DOURADOS. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE ATAS DA LEGIÃO DE MARIA 1961-1971 (Diocese de Dourados)

LIVRO DE ESTATUTOS DO ABRIGO SÃO FRANCISCO - 1961-1971. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO MARIANA - 1955-61 (Diocese de Dourados)

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO PAROQUIAL E ADMINISTRATIVO DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO 1976 (COPPA). (Diocese de Dourados)

LIVRO DE MATRÍCULA, professores e aparelhamento nome endereço e detalhes da profissão dos pais – 1957-1962.

LIVRO DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO, matricula 1968-1970. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE FREQUÊNCIA DIÁRIA (PROFESSORES), 1957- 1962. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE EMPREGADOS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO – 1977. (Diocese de Dourados)

LIVRO DE EMPREGADOS DO EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO – 1981. (Diocese de Dourados)

CRÔNICAS DO CURSO NORMAL “INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS” – Colégio Franciscano Imaculada Conceição, as décadas de 1940 a 1970.

RELATÓRIO DA ESCOLA NORMAL “INSTITUTO EDUCACIONAL DE DOURADOS”. Curso de Formação de Professores Primários. Colégio Franciscano Imaculada Conceição (1959-1967)

Referências

BURKE, Peter (Org.), **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. **Coisas Velhas - Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.15-34.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: **Enciclopédias Einaudi**. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

BUFFA, E. . Pesquisas sobre Arquitetura e Educação: aspectos teórico-metodológicos. In: Ademir Valdir dos Santos; Ariclê Vechia. (Org.). **Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas**. Curitiba - PR: UTP, 2008, v. 1, p. 61-69.

MONARCHA, C. História da educação brasileira. Esboço da formação do campo. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: AutoresAssociados; HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, pp. 125-150.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p. 61-88, maio/ago., 2000.

SOUSA, Cynthia; CATANI, Denice (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

NÓVOA, António **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: EDUCÁ, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de, e VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: SP:Autores Associados, 2005.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: EdUFMT, 2000.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e. “O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Mato-Grossense”. In: VIDAL, Diana Gonçalves(org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-**

1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p.215-232

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Mato-grossense (1870-1950)**. UNICAMP: Campinas, 2007. p.15. (Tese Doutorado).

MANCINI, Ana Paula Gomes. **Escola Normal da Corte (1876-1889): Um estudo por meio de fontes documentais**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005. (Tese de Doutorado)

SÁ, Elizabeth Figueiredo. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá. EdUFMT, 2007.

LOPES, Ivone Goulart. **Asilo Santa Rita: Educação Feminina Católica (1890-1930)**. Cuiabá, MT: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coletânea Educação e Memória).

SÁ, NICANOR Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Cenário ... Instantes e memórias na História da Educação** . Brasília-DF: Inep, 2006.

SANTINI, Poliana Gianello e BRAZIL, Maria do Carmo **A presença da Igreja Católica na Educação em Dourados: o caso do patronato de menores (1943 – 1983)”. Monografia de TCC do Programa de Pós-Graduação Especialização Formação de Profissionais da Educação, realizada na FAED/UFGD, 2010.**

SARAT, M. ; MANCINI, A. P. G. . História e Memória da Educação: Instituições Escolares e infância no município de Dourados e região (1940-1990). **VII Jornada do HISTEDBR**, 2007, Campo Grande. A Organização do Trabalho Didático na História da Educação. Campo Grande/MS : Uniderp, 2007.

LIMA, Maria Bethania Pastor de. **História da formação docente no antigo sul de Mato Grosso: limites e possibilidades a respeito do caso da formação de professores das séries iniciais no município de Dourados/MS (1959-1982)**. Dourados, MS: UFGD, 2010 (Monografia) Graduação em Pedagogia, 2010.

BOMFIM, Durvalina Damazio, Quiles, Edna Saes, Frantz. **Aspectos Históricos da Escola Imaculada Conceição e sua influência na comunidade Douradense**. UFMS, 1990. (TG).

BETHENCOURT, Francisco; Curto Ramada, Diogo (Orgs.). **A Memória da Nação**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ABREU JUNIOR , Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro- Posições**. Campinas, SP: Unicamp, v. 16, n.1 (46), p. 145- 164, jan./abr. 2005.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, R. H. T. (Org.). **Memória fotográfica de Dourados**. Dourados, MS: UFMS, 1990.

ROSA, M. da G. S. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: UFMS, 1990.

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares**

em Mato Grosso 1910-1947. Dourados, MS: UFGD, 2011, 183f. (Dissertação de Mestrado)

SANFELICE, José Luis. **O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

AMARAL. Inez Maria Bitencourt do. **Entre Rupturas e Permanências: A Igreja Católica Na Região De Dourados**

(1943 – 1971). Dourados, MS: UFMS, 2005 (Dissertação de Mestrado)

ISHIKAWA Ítalo Kiyomi. **Visão Complexa da Realidade e Proposta Franciscana de Educação**. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Filosofia) - Centro Universitário Franciscano do Paraná.

Recebido: 2/02/2012

Aceito: 5/03/2012

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Grande Dourados -
E-mail: mc.2708@hotmail.com / anapaula_tls@yahoo.com.br